



**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO (UNIVS)
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

ROGÉRIA PEREIRA DA SILVA

**O EMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ICÓ NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**ICÓ-CE
2024**

ROGÉRIA PEREIRA DA SILVA

**O EMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao curso de Administração do
Centro Universitário Vale do Salgado, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me Emmanuel Teixeira
Pinheiro


ROGÉRIA PEREIRA DA SILVA

**O EMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ICÓ
NODESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**


Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) apresentado ao curso de Administração, do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), como requisito para obtenção do título de Graduado em Administração, sob a orientação do professor Me. Emmanuel Teixeira.

Aprovado em: 02 / 12 / 2024


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **EMMANUEL TEIXEIRA PINHEIRO**
Data: 11/12/2024 19:01:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Emmanuel Teixeira Pinheiro
Professor Orientador

Documento assinado digitalmente
 **JOSE EVANDRO DA SILVA FIGUEREDO**
Data: 11/12/2024 13:47:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Evandro da Silva Figuerêdo
Professor Avaliador 1

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO RANIEL SILVA LIMA**
Data: 11/12/2024 15:58:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Antônio Raniel
Professor Avaliador 2

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter feito todo o processo de minha vida acadêmica se estabilizar e funcionar mesmo com todas as situações e motivos contrários existentes para que não ocorresse assim. Agradeço a minha família, a quem tive que me distanciar durante a graduação, e que mesmo assim esteve sempre apoiando e torcendo para que eu conseguisse chegar até aqui e também à família que foi construída no ambiente acadêmico. E por último, ao meu orientador e professor Me. Emmanuel Pinheiro por todo o auxílio e conhecimento que cedeu durante todo esse processo.

O EMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Rogéria Pereira da Silva¹
Emmanuel Teixeira Pinheiro²

RESUMO

A gestão pública possui como objetivo principal atender as necessidades da sociedade em seus aspectos básicos e essenciais de forma eficiente e estratégica. A busca pelo desenvolvimento econômico de forma sustentável requer um planejamento baseado em uma avaliação profunda da viabilidade, dos obstáculos e facilidades e dos objetivos, especialmente no âmbito municipal. Para o alcance de um gerenciamento eficaz pautado no desenvolvimento econômico e social é necessário seguir com o auxílio de instrumentos e diretrizes que norteiam as atividades em busca do alcance desse objetivo. Dentro desse cenário, surge a problemática de identificar como a gestão pública municipal de Icó gerencia o desenvolvimento econômico em função da sustentabilidade. A pesquisa objetivou primeiramente fazer uma reflexão sobre a gestão de recursos econômicos do município. Isso consistiu em analisar os instrumentos de gestão pública, trazer os seus conceitos e apresentar como são aplicados na gestão municipal. Buscou identificar o planejamento econômico do município e como ocorre o desenvolvimento de forma sustentável. Para a realização da pesquisa foi utilizado o método bibliográfico de característica qualitativa analisando conteúdos de documentos municipais, trazendo conceitos sobre gestão, desenvolvimento econômico e sustentabilidade em artigos científicos e livros que embasam a temática fortalecendo a importância da teoria e prática em conjunto. Ao realizar essa pesquisa constatou-se que o município de Icó busca estabelecer estratégias de gestão que fortalecem o desenvolvimento econômico e social, como mostra os dados encontrados no Plano Plurianual. No entanto, na esfera sustentável ainda requer uma maior atenção, sugerindo uma avaliação mais afunilada nas possibilidades de novos projetos para esse aspecto, levando em consideração que os encontrados ainda se limitam em poucas atividades.

Palavras-chave: Gestão Pública. Desenvolvimento Econômico. Sustentabilidade. Gestão Municipal.

THE COMMITMENT OF MUNICIPAL PUBLIC MANAGEMENT TO SUSTAINABLE ECONOMIC

ABSTRACT

The primary objective of public management is to efficiently and strategically meet society's basic and essential needs. Achieving sustainable economic development requires planning based on a thorough evaluation of viability, obstacles, facilitations, and objectives, particularly at the municipal level. To attain effective management focused on economic and social development, it is necessary to follow instruments and guidelines that guide activities toward achieving this goal. Within this context, the problem arises of identifying how the public management of Icó municipality manages economic development in relation to

¹ Graduanda em Administração pelo Centro Universitário Vale do Salgado- UniVs. E-mail: rogeriasilvarose@gmail.com

² Orientador. Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri- UFCA. E-mail: emmanuelpinheiro@univs.edu.br

sustainability. This research aimed primarily to reflect on the management of the municipality's economic resources. This involved analyzing public management instruments, presenting their concepts, and demonstrating their application in municipal management. The study sought to identify the municipality's economic planning and how sustainable development occurs. To conduct the research, a qualitative bibliographic method was employed, analyzing contents from municipal documents, scientific articles, and books that underpin the theme, emphasizing the importance of theory and practice in conjunction. The findings revealed that Icó municipality seeks to establish management strategies that strengthen economic and social development, as evidenced by data from the Multi-Year Plan. However, sustainability still requires greater attention, suggesting a more in-depth evaluation of possibilities for new projects in this aspect, considering that existing ones remain limited to few activities.

Keywords: Public Management. Economic Development. Sustainability. Municipal Management.

1 INTRODUÇÃO

A gestão é compreendida como uma prática a ser aprimorada para que alcance fins específicos. No contexto público, ela existe para auxiliar nas principais demandas da sociedade como sanar a pobreza (via redistribuição tributária), promover educação de qualidade, aumentar a competitividade da economia, preservar, estender e expandir a cultura, entre outros pontos. Portanto, a gestão pública deve ser orientada estrategicamente para o desenvolvimento econômico e social (Nascimento, 2021).

Uma dessas estratégias pode derivar da observação de dados como os disponíveis nos indicadores econômicos e sociais. Dentre esses indicadores destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice mensura o desempenho socioeconômico baseado em três quesitos: renda, educação e saúde (IBGE, 2019). Cada município brasileiro possui o seu valor indicativo.

Segundo o artigo Perfil Municipal de Icó elaborado pelo IPECE baseado em dados do IBGE (2010), o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município icoense é de 0,606. O índice de desenvolvimento municipal (IDM) (2016) corresponde a 18,57, o índice de desenvolvimento social e oferta (IDS-O) (2015) a 0,711 e o índice de desenvolvimento social de resultado (IDS-R) (2015) a 0,486 (Perfil Municipal Icó, 2017). Com esse número a dedução é de que o município de Icó está na classificação mediana de desenvolvimento humano, sugerindo que apesar de não estar em uma situação crítica, há pontos passíveis de melhoria.

Dentro desse cenário, o crescimento econômico de uma sociedade se mostra como um ponto fundamental para o desenvolvimento saudável dos indivíduos que a compõem, uma vez

que a riqueza - um conceito propriamente econômico - é a disponibilidade de bens que satisfazem necessidades humanas, a exemplo do poder de compra (Fonseca, 2006).

A economia no município de Icó é fomentada principalmente pela promoção de eventos culturais e turísticos junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Cultura e Turismo (SDE), como também atrai visitantes devido ao seu rico patrimônio histórico, com destaque aos templos religiosos (IPHAN, 2014).

De forma sustentável, a economia municipal é impulsionada por programas e iniciativas principalmente direcionadas para o desenvolvimento de energia limpa como a implantação de parques fotovoltaicos que objetiva produzir quase 500 MW de energia solar (Secretaria do Desenvolvimento Econômico SDE).

A pergunta que embasa a problemática desta pesquisa surge do anseio de compreender como a gestão pública municipal gerencia o desenvolvimento econômico em função da sustentabilidade.

Como objetivo geral, este projeto visa refletir sobre a gestão dos recursos econômicos municipais. Especificamente analisar os instrumentos de gestão pública e forma como são utilizados pelo governo local, identificar o planejamento econômico municipal e analisar o contexto do desenvolvimento sustentável no município de Icó.

A contribuição desta pesquisa é, principalmente, apresentar as estratégias e métodos que a gestão pública municipal utiliza para planejar, dirigir e controlar a sociedade nos aspectos do desenvolvimento econômico e sustentabilidade tanto à população acadêmica quanto aos que possuem interesse no tema de gestão pública de maneira indireta, deixando as partes envolvidas e leitores com uma breve informação do que já foi e do que é realizado por esta, com o fim de alcançar os objetivos desejados. Agregando assim, em conhecimento sobre a temática e gerando uma possível reflexão nos pontos positivos existentes e nos pontos de melhoria.

Para a realização do trabalho foi adotado o tipo de pesquisa bibliográfica de método qualitativo com característica analítica de conteúdo. A base foi encontrada em documentos oficiais disponíveis no site do Município e do Estado, IBGE, IPECE, SDE para a coleta de dados regionais, como também, a realização de pesquisa em artigos científicos e livros para definição de conceitos sobre as temáticas de gestão pública, desenvolvimento econômico e sustentabilidade, buscando a correlação entre a teoria e prática desses termos na esfera municipal.

2 DESENVOLVIMENTO

No decorrer do desenvolvimento desse trabalho será abordado na primeira temática o conceito de planejamento econômico municipal, como esse planejamento pode ser implementado e possíveis causas que podem impedir que esse planejamento ocorra de forma eficaz de acordo com a concepção de autores de referência na discussão. No segundo ponto sobre os instrumentos de gestão pública será discorrido sobre a gestão pública em seu conceito geral, as definições dos instrumentos de gestão pública no espectro municipal, e a prática e correlação da governança e ESG no setor público e privado. No terceiro e último tópico sobre o desenvolvimento sustentável abrange as definições de desenvolvimento sustentável, os indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em sua importância na atualidade e à nível municipal.

2.1 PLANEJAMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL

No que diz respeito ao planejamento e desenvolvimento econômico (Moraes, 2023) conceitua o desenvolvimento econômico como uma mudança da estrutura produtiva, por meio da ampliação, integração e sofisticação dessa estrutura. Havendo substituição de setores arcaicos por setores avançados, promovendo homogeneização estrutural e retirando a sociedade do subdesenvolvimento. Ou seja, é um processo que envolve a estruturação do uso dos recursos para alcançar os resultados desejados em uma esfera social ou econômica específica.

O planejamento econômico municipal se define como um processo estratégico que busca promover o desenvolvimento econômico sustentável de uma cidade. Onde há análise e definição de políticas, programas e ações que estimulam o crescimento econômico local, geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Nesse planejamento também há a identificação de potencialidades e desafios econômicos, a alocação eficiente de recursos e a criação de um ambiente favorável para negócios e investimentos, objetivando garantir que o desenvolvimento econômico esteja alinhado com as necessidades e as oportunidades da comunidade local (IBAM, 2023).

Avaliar os esforços brasileiro seja de grupos seccionados por interesse políticos ou outros se torna importante dentro desse cenário. Uma análise de repetição de erros na formulação e implementação dos planos de governo funcionam de base para essa ideia. Como erros formulação, está a falta de elaboração de programas e projetos, falta de coordenação entre as metas previstas, falta de previsão de recursos, quantificação inadequada das metas setoriais e globais; no aspecto da execução pode ser pontuado a ausência de coordenação

adequada entre os setores executivos da administração pública, ausência de programação adequada de orçamento de caixa e dificuldades impostas pelo sistema de contabilidade pública (Mello e Souza, 2012).

Contextualizando com esses argumentos Mello e Souza (2012) considera que a experiência brasileira de planejamento não se tornou eficiente como deveria mas, no mínimo há a compreensão oriunda das reuniões de informações e a seleção de métodos adequados e extraídos de dentro de um processo de tentativas, erros e ensaios sendo transmitidos de maneira sistemática aos componentes do nível decisório e são incorporados aos esquemas de trabalho do governo.

2.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA

Nesse tópico será abordado o conceito de gestão pública para melhor compreensão de seu significado e objetivo baseando-se na percepção de autores que dominam a temática. Em seguida é apresentado os objetivos e definições dos instrumentos (PPA, LDO, LOA) como ferramentas para a gestão. Embasando com a ideia, veremos a contribuição do conceito Governança em suas práticas nas dimensões públicas e privadas e por último a importância e definição da implantação de ESG.

Segundo Pereira (2020), a gestão pública deve ser compreendida como algo maior que a interpretação de gestão de negócios e do que as questões internas dos negócios de um governo, pois esta é mais complexa do que a gestão focada nos clientes e na competição de mercado. Num sentido amplo, a administração pública deve ser entendida como todo o sistema de governo, conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e demais formas de conduta humana que determinam a forma de distribuir e exercer autoridade política e como se atendem aos interesses públicos.

É possível referenciar a gestão pública sob duas perspectivas diferentes. A primeira trata da administração como uma estrutura de órgãos de cargos, compreendendo pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que possuem o dever de exercer uma das três funções do estado, a administrativa. Aos órgãos governamentais, está incumbido as tarefas de planejar, dirigir e comandar, quanto aos órgãos administrativos, subordinados e dependentes devem executar os planos do governo. A segunda perspectiva traz a administração como processo ou atividade, ou seja, é a administração na prática, o trabalho dos administradores. Por ela, é responsável o Poder Executivo, compreendendo os papéis de função política e executiva. Os atos de função política são as decisões que envolvem estabelecimento de metas, diretrizes e

planos governamentais. Já os atos de função executiva são aqueles que colocam em prática o estabelecido na função política (Maximiano Nohara, 2021).

Para que todo esse sistema funcione de forma eficaz e eficiente é necessário o uso de estratégias e ferramentas auxiliaadoras chamadas de instrumentos de gestão pública. Para Kleba, Comerlatto e Frozza, (2015) esses instrumentos são compreendidos como a base e o fundamento que compõem o ordenamento oficial, legal e legítimo na orientação do processo decisório da gestão de políticas, instruindo a formulação, deliberação, implementação, fiscalização e avaliação. Ou seja, são as leis, políticas, normatizações, planos, programações anuais ou relatórios que auxiliam no processo de planejamento na gestão pública.

Para auxílio desse planejamento dentro do município, existem alguns instrumentos que podemos destacar, como o Plano Diretor do Município, o Programa de Governo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Orçamento Anual (LOA). No quadro a seguir veremos mais detalhadamente a função desses instrumentos.

Quadro 1- Descrição dos instrumentos de gestão pública

Plano Diretor do Município	Instrumento básico de política de desenvolvimento e expansão urbana. Deve englobar todo o território do município e a lei que o instituir deve ser revista a cada dez anos.
Programa de Governo	Conjunto de propostas e ações estabelecidas pelo candidato para o pleito eleitoral. Deverá ser detalhado no PPA.
Plano Plurianual (PPA)	Estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública ao longo do período de quatro anos. Define os programas e ações formuladas no governo vigente e a destinação dos recursos que serão arrecadados.
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	Baseado no PPA. Compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro posterior.
Lei de Orçamento Anual (LOA)	Compreende o orçamento fiscal referente aos poderes da União (Estado, Distrito Federal e ou Município); orçamento de investimento das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto; orçamento da seguridade social, abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculadas, como fundos e fundações instituídos pelo poder público.

Fonte: Slomski, 2011

Agregando suporte e direção dentro desse cenário de planejamento e controle, a governança pública contribui sendo um conjunto de métodos de natureza pública,

possibilitando a participação de todos os interessados, sob a coordenação do Estado, a fim de solucionar problemas comuns. Com isso, facilitando a entrega de serviços públicos com qualidade, assim como o controle social (Buta e Teixeira, 2020).

A governança corporativa, para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), é um sistema no qual a sociedade é dirigida e monitorada. Compreende os relacionamentos entre os acionistas/cotista, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal. As práticas de governança corporativa na gestão privada possuem a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar o seu acesso ao capital e contribuir para sua perenidade. Seguindo essa linha, a governança corporativa na gestão pública do terceiro setor (instituições privadas de utilidade pública sem fins lucrativos) diferem apenas na figura do acionista/ cotista para o doador de recursos, com a finalidade de aumentar o valor da sociedade em termos de reconhecimento dos trabalhos prestados e pelo seu resultado econômico produzido (Slomski, 2011).

No desenvolvimento da Governança Corporativa surge o ESG, o acrônimo Environmental, Social and Governance, sendo a governança em sua maneira mais pura (Loureiro, 2021). São preocupações pautadas de forma cada vez mais profunda nas organizações englobando o aspecto ambiental, social e na governança. A origem da sigla ESG surgiu no relatório *Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World*, elaborado em 2004 pelo Pacto Global, onde o mercado começou a olhar com mais importância para as questões ambientais e sociais no meio corporativo, indo além do objetivo da mera obtenção de lucro. Atualmente, a sigla ESG está enquadrada no segundo pilar dos Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre empresas e Direitos Humanos (Atchabahian, 2022).

O setor público, assim como o privado, está buscando se adaptar às novas práticas de gestão e alinhamento com o contexto internacional, como por exemplo a implementação de medidas para o fortalecimento da governança pública através de programas de integridade pública. Apesar de não haver uma regulamentação relativa ao ESG na administração pública, há ações que apresentam a preocupação do setor público com as questões ambientais e sociais além da governança (Marx, 2021). No entanto, ele ressalta que ambos os setores a implementação de uma gestão baseada no ESG acarretará custos que, nas empresas, serão repassados aos consumidores e no setor público pode incentivar o aumento da arrecadação do Estado como novas hipóteses de incidência tributárias. Ao mesmo tempo, este pode ser recompensado com o aumento da capacidade de atração de investimento externo, tanto de empresas como de agências internacionais de incentivo.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade para Pinheiro (2021) está conectada com a ideia de que o desenvolvimento sustentável exige um esforço a nível coletivo, não somente uma questão individual, visando as problemáticas ambientais e diversidade da vida atual e da qual está por vir. Ou seja, os indivíduos precisam colaborar juntos para alcançar o propósito desejado. Contrastando com essa ideia, Haddad (2015) enfatiza que as questões de desenvolvimento econômico e socioambiental no atual contexto do Brasil requer uma perspectiva de longo prazo, para assim encontrar os pontos que dificultam esse processo de crescimento sustentável e aja resolução. Reafirmando ainda que, sem uma perspectiva de longo prazo em suas ações, os agentes e as instituições governamentais começam a agir sob os mecanismos que eles próprios criaram e passam a ser conduzidos por uma espécie de processo acumulativo aparentemente sem limites.

Para Silva e Lima (2010), os governos locais são os responsáveis pela elaboração e pela implementação de políticas públicas locais que objetivam um futuro promissor para os brasileiros tanto na perspectiva socioeconômica quanto na ambiental. E tais políticas se materializam por intermédio de ação concreta de sujeitos sociais e atividades institucionais realizadas em cada contexto e determinam seus resultados.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, segundo o IBGE edição 2015, integram-se junto aos esforços internacionais na concretização de idéias e princípios que se formaram na Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Realizada em 1992 no Rio de Janeiro, a reunião ressalta a relação entre meio ambiente, sociedade, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões. O IBGE é responsável por coletar dados e disponibilizar essas informações sobre a realidade brasileira à sociedade em seus aspectos ambiental, social, econômico e institucional orientando-se com base nas recomendações da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ainda apresenta e acompanha os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São 17 objetivos de ação global que pretendem ser alcançados, de acordo com a agenda 2030. Os ODS abrangem as dimensões ambientais, sociais e econômicas do desenvolvimento sustentável. Essa agenda visa um mundo livre de problemas que atualmente assolam a sociedade como a pobreza extrema, fome, doenças, violências, desigualdades, desemprego e degradação ambiental. O seu acompanhamento em nível global é realizado pelo Fórum Político de Alto Nível sobre o

desenvolvimento sustentável, mas é afirmativo que deve ocorrer também em nível nacional e regional.

Em janeiro de 2024 o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) publicou o relatório ODS e as ações do governo do Ceará -2022, onde apresenta os projetos, políticas e programas que seguiram a agenda 2030 para o alcance dos 17 objetivos. Essas iniciativas foram segmentadas dentro do plano do governo vigente intitulado, Os 7 Cearás, que surgiu em 2015 e prosseguiu para os anos seguintes até 2022. Esse relatório teve como principal objetivo auxiliar os gestores públicos a identificar o alinhamento dos seus programas com os ODS para então melhorar a sua gestão e implementação da Agenda. Para tal feito o IPECE se uniu à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará.

A implantação de políticas públicas municipais que se alinhem aos ODS é desenvolvida a partir do momento em que estes são colocados como prioridades na definição de metas e ações a longo prazo como no PPA (Nardone, 2023).

Oliveira e Cestaro (2020) complementa ao ressaltar que os municípios são os principais responsáveis pela inclusão de estratégias em prol das problemáticas ambientais especialmente no plano diretor municipal. Ele traz a importância do auxílio a partir do ordenamento do território, através do zoneamento ambiental, mais tarde conhecido como Zoneamento Ecológico - Econômico (ZZE), onde a temática ambiental é a base de suas propostas. O Zoneamento é considerado um dos instrumentos estabelecidos pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que objetiva compatibilizar o desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e equilíbrio ecológico (Souza, 2009).

2.4 O CASO DO MUNICÍPIO DE ICÓ-CEARÁ

A maneira como o governo municipal de Icó estabelece suas estratégias e metas de gestão utilizando dos instrumentos conceituados por Slomski e aderido como lei podem ser demonstrada nos documentos oficiais da prefeitura. Veremos no quadro seguinte o que diz em alguns desses documentos.

Quadro 2 - Instrumentos de Gestão Pública no Município de Icó

Plano Plurianual (PPA) 2022- 2025	Elaborado baseando-se em diretrizes estratégicas para a ação do Governo Municipal, representadas como três eixos de
-----------------------------------	---

	desenvolvimento. O primeiro consiste na qualidade de vida e sustentabilidade social; o segundo eixo traz o desenvolvimento sustentável e fomento produtivo; no terceiro e último eixo, abrange a governança municipal.
Lei de Diretrizes Orçamentárias (2024)	Destaca investimentos específicos, como manutenção de quadras de esportes, programas de qualificação profissional e ações de segurança pública nas escolas. Despesas organizadas por áreas, com prioridade para saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Também trata das metas de arrecadação de impostos e projeções de crescimento econômico para o município.
Lei de Orçamento Anual (LOA) 2024	A estimativa de receitas - derivadas de arrecadação de tributos próprios ou transferidos e demais receitas correntes e de capital - se iguala à estimativa de despesas deduzidas no Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social, fixadas em R\$283.668.106,00. Seguindo o Princípio do Equilíbrio das Contas Públicas tratado no ART. 1º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Fonte: www.icó.ce.gov.br

No que diz respeito às leis referentes aos orçamentos dos recursos do município, a pesquisa constatou que o Icó mostra em seus documentos o empenho em manter o equilíbrio entre suas receitas e despesas como deve ocorrer para o equilíbrio saudável da economia.

No PPA existe o primeiro eixo que norteia a qualidade de vida e sustentabilidade social, com o objetivo estratégico de oferecer um padrão de serviço de saúde universal e gratuito, ampliando atividades esportivas e lazer; manter o padrão de qualidade da Rede Municipal de Educação; e proporcionar o direito a cidadania, inclusão e proteção social com redução das desigualdades socioculturais. Observando aqui, o empenho na implementação do que é pautado nos ODS 's 3 (saúde e bem estar), 4 (educação de qualidade) e 10 (redução das desigualdades).

No segundo eixo, abrange o desenvolvimento sustentável e fomento produtivo. Seus objetivos estratégicos é promover o desenvolvimento fortalecendo as vocações e potencialidades locais, através de soluções produtivas, criativas e inovadoras. A Governança

Municipal, como terceiro eixo, busca assegurar a promoção de serviços públicos de excelência, com equilíbrio fiscal, transparência, participação e controle social.

Um projeto dentro do contexto sustentável no município de Icó criado em janeiro de 2021 e publicado no site da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) do estado é o de implantação de parques de energia solar nas cidades de Milagres e Icó. A empresa de energias renováveis responsável é Lightsource. O investimento foi previsto em 1,4 bilhões sendo 820 milhões para o município de Icó e 600 milhões para Milagres e além do benefício sustentável a previsão de empregos gerados foi de 1.400 diretos.

No cenário municipal o Instituto Icós, criado em 2018, com o objetivo de promover a educação, agroecologia e defesa do patrimônio natural e cultural, desempenha um importante papel na cidade dentro do aspecto da sustentabilidade. A organização sem fins lucrativos conta com agricultores, técnicos agropecuários, biólogos e historiadores que se comprometem com as causas sustentáveis.

Outro projeto atualmente em vigor que pode impulsionar o desenvolvimento econômico na região de Icó é o Estudo de Viabilidade do Porto seco. Onde objetiva criar um porto seco em Iguatu, cidade vizinha, para melhorar a infraestrutura logística da região, facilitando o escoamento de produtos, fortalecendo os setores de indústrias e comércio locais. O projeto foi desenvolvido por alunos da URCA e obteve o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ceará e de candidatos à prefeitura de Iguatu que se comprometeram com a doação de áreas para a implantação do porto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pela definição da gestão e como esta é aplicada de maneira a fomentar o desenvolvimento econômico de forma sustentável, foi possível fazer a conexão dos conceitos e métodos de planejamento e controle necessários para a administração pública com o que é adotado pela gestão municipal de Icó, evidenciando o que é pautado e realizado com o objetivo de assegurar o desenvolvimento sustentável. Proporcionando assim, a reflexão sobre a importância e maneira da gestão de recursos econômicos e as possíveis dificuldades existentes para sua aplicabilidade de forma sustentável.

A pesquisa apresentou com a coleta de informações provenientes de documentos oficiais do município e embasado nos conceitos de gestão pública enfatizado pelos autores mencionados durante o desenvolvimento, que o empenho da gestão municipal de Icó estabelece estratégias e diretrizes que são voltadas para o alcance do desenvolvimento

econômico e qualidade da sustentabilidade social, levando em consideração o que é apresentados no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

É possível ressaltar que apesar dos esforços para o alcance de uma gestão pautada na qualidade de vida social, educacional e econômica, o aspecto sustentável ainda se encontra com pouca força de aplicabilidade, observando que há insuficiência de projetos encontrados com o intuito de promover o desenvolvimento de forma sustentável. Ressaltando também que as atividades encontradas não são precisamente iniciativas do município mas do Estado, ou de grupos de indivíduos com a perspectiva sustentável em pauta. A pouca iniciativa de projetos de cunho sustentável pode estar ligada ao alto custo que tais propostas podem ocasionar como mencionou (Marx, 2021).

Conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados visto que, foi apresentado as definições de gestão pública, as estratégias que o município se embasa para definir e alcançar o desenvolvimento econômico, social e sustentável ressaltados no PPA, trazendo um breve conhecimento sobre o planejamento econômico do município baseando-se nos conteúdos da LDO e LOA, tornando possível refletir sobre o gerenciamento dos recursos econômicos.

No que tange o desenvolvimento econômico sustentável é importante destacar que é necessário uma pesquisa e avaliação mais aprimorada para encontrar projetos que se enquadram em termos sustentáveis e, se possível, fazer sugestões de estratégias para o desenvolvimento de tais atividades e projetos.

REFERÊNCIAS

ATCHABAHIAN, A. C. R. C. **ESG: Teoria e prática para a verdadeira sustentabilidade nos negócios**. 1 Ed. São Paulo: Expressa, 2022.

BUTA, B. O; TEIXEIRA, M. A. C. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organizações e sociedade**. [online] 27(94), 370-395. 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1984-9270941> Acessado em 27/09/2024.

DA FONSECA, M. A. R. **Planejamento e Desenvolvimento Econômico**. 1 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

Governo do Estado do Ceará. **Milagres e Icó terão parques de energia solar com potência de quase 500 MW**. 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/01/21/milagres-e-ico-terao-parques-de-energia-solar-com-potencia-de-quase-500-mw>. Acessado em 07/09/2024

Governo do Estado. **Estudo de Viabilidade do Porto Seco é apresentado em Iguatu com apoio de instituições e sociedade local**. 2024. Disponível em <https://www.ceara.gov.br/2024/09/20/estudo-de-viabilidade-do-porto-seco-e-apresentado-em-iguatu-com-apoio-de-instituicoes-e-sociedade-local/>. Acessado em 25/10/2024.

HADDAD, P. R. **Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável**. Ed 1, São Paulo: Saraiva, 2015.

IBAM. **Planejamento Econômico Municipal: Princípios e Práticas**. 2023. Disponível em www.ibam.org.br. Acessado em 11/12/2024

IBGE. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2024. Disponível em <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda> Acessado em 10/10/2024.

IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15838-indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel.html?=&t=o-que-e> Acessado em 05/10/2024

IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano-IDH-2019**. 2019. Disponível em <https://atlascolar.ibge.gov.br/mundo/3007-indicadores-sociais/indice-de-desenvolvimento-humano-idh.html#:~:text=%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20%2D%20IDH%20%2D%202019&text=O%20IDH%20%20%C3%A9%20um%20%C3%ADndice,In%3A%20UNITED%20NATIONS%20DEVELOPMENT%20PROGRAMME>. Acessado em 05/09/2024.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), **História - CE**. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1416/>. Acessado em 02/09/2024

IPECE. **Ipece lança novo relatório ODS relativo às ações de 2022**. 2024. Disponível em <https://www.ipece.ce.gov.br/2024/01/08/ipece-lanca-novo-relatorio-ods-relativo-as-acoes-de-2022/> Acessado em 05/10/2024.

Ipece. **Perfil Municipal 2017 Icó**. 2017. Disponível em: https://WWW.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Ico_2017.pdf. Acessado em 02/09/2024.

KLEBA, M. E; COMERLATTO, D; FROZZA, K. M. Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. **Revista de administração pública [online]**. 49 (4), 1059-1079. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612125666> Acessado em 20/09/2024

LOUREIRO, N. E. **Da Governança Corporativa ao ESG: Green Bonds como exemplo de concreção das premissas ESG**. 2021. 101. Trabalho de Conclusão do Curso. Graduação em Direito. Universidade do Vale do Rio dos Ensinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2021.

MARX, C. A. A nova governança pública e os princípios ESG. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Belo Horizonte. V 3, N. 6, p. 115-125. 2021 Disponível em [145-Texto-do-artigo-507-1-10-20230408 \(1\).pdf](145-Texto-do-artigo-507-1-10-20230408(1).pdf) (usp.br). Acessado em 30/10/2024.

MAXIMIANO, A. C. A; NOHARA, I. P. **Gestão Pública: Abordagem integrada da administração e do direito administrativo**. Ed 1. São Paulo: Atlas, 2021.

MELLO E SOUZA, N. O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas. **Revista de Administração Pública**. [online]. V. 46, N. 6. pp. 1671-1720. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000600012>>. Acessado em 02/10/2024.

MORAES, I. A. D. Revisitando o conceito de desenvolvimento econômico e a escola de pensamento do desenvolvimentismo na economia. **Brazilian Journal of political economy**, 43(1), 26-47. 2023. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0101-31572023-3400>. Acessado em 01/10/2024.

NARDONE, P. J. A assimilação dos ODS, da Agenda 2030, pelos Municípios Brasileiros. **Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas**. São Paulo, V 1.N 11. 107-128. 2023. Disponível em <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/253>. Acessado em: 15/10/2024

NASCIMENTO, E. R. **Gestão Pública**. 4 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

OLIVEIRA, A. V. L. C de; CESTARO, L. A. Os instrumentos de planejamento ambiental territorial e suas aplicações no âmbito municipal: uma análise do plano diretor e exercícios de zoneamento. **Geografia em questão**. V. 13. N.01 P 115-128. 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/23154>. Acessado em 15/10/2024.

PEREIRA, J. M. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. Ed 6. São Paulo: Atlas, 2020.

PINHEIRO, E. T. Análise conceitual sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir das dissertações do programa de mestrado em desenvolvimento regional sustentável - PRODER. **X Encontro Nacional da ANPPAS**. Campinas SP: 2021.

Prefeitura Municipal. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. 2024. Disponível em <https://www.ico.ce.gov.br/lrf.php?cat=9>. Acessado em 20/10/2024.

Prefeitura Municipal. **Lei Orçamentária Anual**. 2024. Disponível em <https://www.ico.ce.gov.br/lrf.php?cat=8>. Acessado em 20/10/2024.

Prefeitura Municipal. **Plano Plurianual (2022-2025)**. 2022. Disponível em: https://www.ico.ce.gov.br/arquivos/1478/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL_QUADRIENAL_2022_0000001.pdf Acessado em: 20/10/2024.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo. 2021. Disponível em <https://www.ico.ce.gov.br/secretaria.php?sec=21>. Acessado em 07/09/2024

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo. **Energias renováveis: uma cadeia que ganha força no Ceará**. 2021. Disponível em <https://www.sde.ce.gov.br/2021/02/03/energias-renovaveis-uma-cadeia-que-se-fortalece-no-ceara/>. Acessado em 07/09/2024

SILVA, C.L; LIMA, J. E. S. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010

SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SOUZA, M. P de. As bases legais e os zoneamentos ambientais. **Anais 2º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Corumbá**. V. 7. N 11. P 1089-1098. 2009. Disponível em https://www.google.com/search?q=as+bases+legais+e+os+zoneamentos+ambientais+marcelo+de+souza+pereira+como+citar%3F&client=ms-android-transsion&sca_esv=ac5f901f3cf5cfe3&sxsrf=ADLYWIKUMcWqcBeNXBzL9t8glhNjtbfgNA%3A1731635018832&ei=Sqc2Z5OzMqXP1sQP27WsKA&oq=as+bases+legais+e+os+zoneamentos+ambientais+marcelo+de+souza+pereira+como+citar%3F&gs_l=ip=EhNtb2JpbGUtZ3dzLXdpei1zZXJwIIBheyBiYXNlcyBsZWdhaXMgZSBvcyB6b251YW11bnRvcyBhbWJpZW50YWlzig1hcmNlbG8gZGUgc291emEgcGVyZWlyYSBjb21vIGNpdGFyP0i3M1CsEVjBMXAAeACQAQCYAdgBoAGOEqoBBjAuMTEuMrgBA8gBAPgBAZgCAKACAJgDAIgGAZIHAKAHyQQ&sclient=mobile-gws-wiz-serp#vhid=zephyr:0&vssid=atritem-https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2009/cd/palestra8.pdf